

Brasília-DF, 25 de abril de 2024



Lula confirma presença no 1º de Maio unificado das centrais

Além da participação do presidente Lula, centrais também confirmaram a lista de artistas do Festival Cultura e Direitos, que vão agitar a celebração do Dia Internacional do Trabalhador e da Trabalhadora

Ricardo Stuckert/PR



No ano passado, Lula também participou do 1º de Maio das centrais no Vale do Anhangabau

As oito centrais sindicais que organizam a celebração do 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador e da Trabalhadora, confirmaram nesta terça-feira (23) a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O

evento vai ocorrer no estacionamento da Neo Química Arena, o Itaquerao, na zona leste da cidade de São Paulo.

Pelo sexto ano consecutivo, as centrais sindicais CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST, CSB, Intersindical e Pública realizam o ato do 1º de Maio de forma unificada. Será um momento de celebração, com uma série de shows confirmada, mas também de "reflexão".

O tema deste ano é "Por um Brasil Mais Justo" e destaca as pautas como emprego decente, correção da tabela de Imposto de Renda, juros mais baixos, valorização do serviço e dos servidores e servidoras públicos, salário igual para trabalho igual entre homens e mulheres e aposentadoria digna. A expectativa das entidades é reunir cerca de 50 mil pessoas no evento que terá início às 10h.

Inicialmente, as centrais farão um ato político, com as falas de lideranças sindicais e convidados que representam o movimento popular e a sociedade civil organizada. Do mesmo modo, parlamentares, lideranças partidárias, ministros e autoridades do governo federal, incluindo o presidente Lula, também devem participar.

Festival Cultura e Direitos

Assim, após o ato político, o palco no Itaquerao vai dar lugar ao Festival Cultura e Direitos. As centrais confirmaram hoje a lista de artistas que irão participar: Paula Lima, Quesito Melodia, Afonso BV, Pagode dos Meninos, Trio da Lua - Na trilha do Xaxado, Taty Dantas, Dexter, Roger Deff, Bateria Show da Gaviões da Fiel, Afro-X, Arnaldo Tiffu, Almirzinho, Arlindinho, Ivo Meirelles, Doce Encontro. Sérgio Loroza e Pamelozza comandam a apresentação do festival.

O acesso do público será pelo Portão do Estacionamento Oeste. Os participantes deverão passar por detectores de metais, além da revista em bolsas e mochilas. Nesse sentido, objetos cortantes, perfurantes, rígidos, fogos de artifício, latas, garrafas (inclusive plásticas) estão proibidos.

A entrada de ambulantes no espaço reservado ao público está proibida. Vendedores credenciados vão servir as bebidas diretamente em copos (assim como ocorre em estádios de futebol). E não será permitida bebida alcoólica dentro do estacionamento do estádio.

Servidores e motoristas de aplicativos

Na semana passada, em entrevista coletiva que anunciou o 1º de Maio unificado, as centrais sindicais também manifestaram apoio à luta dos servidores federais da educação. Professores e técnicos das universidades e Institutos Federais estão em greve desde o último dia 15. Eles reivindicam reajuste

Brasília-DF, 25 de abril de 2024

salarial e orçamentário, reestruturação de carreira e pela revogação de normas aprovadas nos governos anteriores, de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

O governo negocia com as categorias, mas não pretende atender as reivindicações por reajuste salarial neste ano. Na última sexta (19), o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) dobrou a proposta, ampliando para 9% a oferta de reajuste salarial, mas somente para o ano que vem.

Outra pauta quente é o projeto de lei dos aplicativos (PLP 12/2024). Um grupo de trabalho, decretado no 1º de maio do ano passado por Lula, envolvendo empresas e trabalhadores, tem atuado para regulamentar o trabalho dos motoristas por aplicativo.

Fonte: Rede Brasil Atual

Polarização persiste e atrapalha, alerta consultor



O Brasil vive uma situação paradoxal. A economia vai bem, os empregos crescem, a renda aumenta. Mas a população avalia mal o governo. Por quê?

A Agência Sindical entrevistou o consultor político Neuriberg Dias, diretor de Documentação do Diap (licenciado). Ele atua cotidianamente no Congresso Nacional, acompanha as pautas e observa, de perto, a movimentação entre os parlamentares.

Trechos principais:

Polarização – “Não foi ainda superada a polarização ideológica e, por isso, a pauta de costumes entra com força na população, superando mesmo a pauta social e econômica”.

Base – “A composição conservadora do Congresso dificulta o diálogo e a articulação. Esses parlamentares não têm interesse em repercutir em suas bases as boas iniciativas e as políticas construtivas do governo”.

Superação – “O cenário deixado pelo ex-presidente era desolador. Não se supera isso com facilidade, ainda mais com a força que a pauta de costumes adquiriu e é repercutida”.

Redes – “O governo precisa ser mais ágil e criativo na utilização das redes sociais. Hoje, esse terreno é dominado pela direita, pra não dizer pelos extremistas. Os meios tradicionais de comunicação já não têm mais a mesma potência”.

Articulação – “Afora a articulação congressual, o governo precisa se entender mais com formadores de opinião, seja o empresariado, o sindicalismo ou os movimentos sociais”.

Mudanças – “Os meios legais de divulgação sofreram restrições nos últimos anos. E Lula sozinho não tem condições de massificar ganhos no salário mínimo, ampliação das políticas sociais e mesmo os investimentos que têm sido feitos pelo governo e o setor privado”.

Sindicalismo – “O movimento pode ajudar, divulgando as conquistas em suas bases e também os avanços por parte do governo”.

Mais – Sites do Diap, IBGE e Dieese.

Fonte: Agência Sindical

Mínimo RS: Centrais, governo e empresários ainda não chegaram a acordo

Fórum das Centrais Sindicais debate proposta de reajuste do Piso Regional RS. Confirma os índices negociados em Santa Catarina e Paraná



Fórum das Centrais Sindicais reuniu-se mais uma vez na manhã desta terça-feira (23) com o governo para debater o piso regional do Rio Grande do Sul.

Diante do impasse e da proposta apresentada pelo setor patronal de apenas 2,21% as entidades entregaram documento pedindo celeridade na

**Brasília-DF, 25 de abril de 2024**

elaboração do projeto de reajuste, considerando o índice 8,45% apresentado como contraproposta.

O índice proposto pelo governo é avaliado como inaceitável, pelas Centrais que pleitearam inicialmente 14,82% referente a justa e necessária recomposição do valor histórico do Mínimo Regional.

As Centrais também pediram que sirvam de parâmetro os percentuais de reajuste negociados e aprovados nos Estados de Santa Catarina e Paraná.

As lideranças também querem que sejam levados em conta, também, os índices alcançados pelos acordos e convenções coletivas de vários setores econômicos, como o agronegócio do Estado, cujas negociações se mostram superiores a 7%.

Fonte: Rádio Peão Brasil

Demissões por justa causa crescem e revelam outra face da precarização

Professor da Unicamp diz que reformas reforçaram poder do empregador de gerir força de trabalho e juíza aponta que opção gera menor custo e pouco tem a ver com comportamento



Foto: reprodução/Canva

Segundo a LCA Consultoria, em janeiro deste ano, houve mais de 39,5 mil demissões por justa causa no Brasil — o que corresponde a 2,09% do total de desligamentos do mês. O número é 11,5% maior do que em dezembro e 25,6% superior em relação ao primeiro mês de 2023. Para além de questões comportamentais dos indivíduos e do mercado que podem explicar parte desse crescimento, esses números parecem também refletir o maior poder que o patronato passou a ter a partir do recente processo de retirada de direitos da classe trabalhadora.

Junto à divulgação desses números, vieram as análises. Parte indicava a possível influência do maior dinamismo do mercado de trabalho sobre as demissões, inclusive naquelas por justa causa. Outras especulavam sobre fatores comportamentais ligados ao retorno ao trabalho após a pandemia, tais como o aumento da ansiedade e do estresse, que resultariam

em um aumento dos conflitos e, conseqüentemente, nesse tipo de demissão.

No entanto, para além desses aspectos mais circunstanciais que podem pesar sobre as demissões, a análise da pesquisa abre caminho para a compreensão de questões de fundo estrutural que incidem cotidianamente na vida laboral.

Direitos destruídos

No sistema capitalista, sobretudo em sua fase atual, a precarização das relações de trabalho, a perda de direitos básicos e os avanços tecnológicos que dispensam cada vez mais a mão de obra humana, entre outros fatores, resultam num ambiente progressivamente hostil e desanimador aos trabalhadores.

Cada vez mais, eles se vêem obrigados a alocar um tempo maior para o trabalho, ganhando salários mais baixos, com menos garantias e sabendo que sempre haverá alguém disposto a ocupar a sua vaga. Soma-se a isso a concepção meritocrática em voga, que sempre culpa a pessoa pelo seu insucesso.

“Há, de fato, uma situação resultante das transformações no mundo do trabalho e as pessoas estão sendo provocadas por essas transformações. Elas estão expostas a uma concorrência sempre muito forte para ocupar as poucas oportunidades de trabalho de qualidade existentes na sociedade contemporânea”, explica, ao Portal Vermelho, José Dari Krein, professor da Unicamp e diretor do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit).

Ele argumenta que a grande maioria dos trabalhos é de pouca qualidade, baixa realização pessoal e pequeno rendimento — mesmo para muita gente que pôde se especializar fazendo uma faculdade, por exemplo —, o que gera uma série de frustrações.

“A explicação hegemônica que foi sendo apresentada e que convenceu boa parte da sociedade é a de que a responsabilidade é do indivíduo. Se ele não tem uma posição melhor no mercado de trabalho, é porque ele falhou, não estudou, não se esforçou, não tem empregabilidade, porque não é empreendedor e não é líder. E esse indivíduo ainda é exposto a um ambiente de concorrência com poucas oportunidades de trabalho”, diz Krein.

Por tudo isso, se no século 19 era comum o adoecimento por doenças ligadas à insalubridade do trabalho ou da moradia, como a tuberculose, no século 21, parte considerável das doenças laborais está ligada a fatores emocionais e psicológicos, como o estresse, a angústia e a depressão, além da autocobrança gerada por esse ambiente, o que amplifica ainda mais esses males.



Brasília-DF, 25 de abril de 2024

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2019, um bilhão de pessoas viviam com transtornos mentais e 15% dos adultos em idade laboral sofriam com algum problema dessa natureza.

Despotismo nas empresas

Mas, há outra questão que pesa bastante e que diz respeito a como esse ambiente de precarização pode mudar o comportamento por parte dos patrões. “Ao mesmo tempo em que temos esse cenário, do ponto de vista do trabalhador, temos também um poder despótico sendo adotado em parte das empresas”, aponta Krein. Segundo o professor, as reformas trabalhistas “reforçaram o poder do empregador gerir sua força de trabalho de acordo com aquilo que ele acha mais conveniente”.

Quando uma pessoa é desligada por justa causa, recebe apenas parte de seus direitos — ela perde, por exemplo, o acesso ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a indenização dos 40% sobre o FGTS e o direito ao aviso prévio. “Isso significa que é um custo menor para o empregador despedir por justa causa”, explica, ao Portal Vermelho, Valdete Souto Severo, doutora em Direito do Trabalho pela USP e juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

A juíza salienta que “a maioria das alegações de justa causa não se dá por uma questão comportamental, mas sim por alegação de faltas injustificadas ou outras questões que não tem a ver diretamente com uma insubordinação, por exemplo, por parte do trabalhador”.

Com medo de acabar ficando “marcado” no mercado de trabalho e ter dificuldades para se recolocar, muitos trabalhadores acabam não recorrendo à Justiça no caso de uma demissão que acredita ter sido arbitrária.

Ainda assim, Valdete explica que há muitos pedidos de reversão de justa causa de trabalhadores “desesperados porque não têm nem acesso ao seguro-desemprego e porque saíram do emprego sem receber nada. E via de regra, esses processos terminam ou em conciliação ou em reversão da justa causa, exatamente porque não há um motivo grave que justifique esse tipo de desligamento”.

Para o professor Krein, “num ambiente como esse e em meio a uma sociedade mais polarizada, obviamente que as tensões vão se colocando e podem gerar algum tipo de conflito — ou, como a empresa diz, de ‘indisciplina’. Mas, é preciso dizer que fundamentalmente quem faz a demissão por justa causa não é o empregado, é o empregador”.

Fonte: Portal Vermelho

Cejusc TST chega a R\$ 500 milhões em acordos firmados desde sua criação

O TST conciliou 2.097 processos desde fevereiro de 2023



O Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal Superior do Trabalho (Cejusc/TST) registrou, desde a sua criação, em fevereiro de 2023, o montante de meio bilhão de reais referente a acordos firmados em audiências conciliatórias.

Foram 2.097 processos conciliados no período, com índice de conciliação acima de 65%. A celeridade na resolução dos processos por meio da mediação especializada tem despertado o interesse de grandes empresas, como o Banco do Brasil, que, em maio de 2023, negociou um acordo de R\$ 50 milhões com o Cejusc/TST, envolvendo 3.800 trabalhadores.

Fonte: Secom/TST

DENUNCIE O TRABALHO ESCRAVO!

É crime submeter um trabalhador a condições análogas à escravidão:

- Forçar alguém a trabalhar
- Impor jornada exaustiva
- Sujeitar a condições degradantes de trabalho
- Apoderar-se de documentos ou objetos para reter o trabalhador
- Restringir a locomoção do trabalhador
- Pena de até 8 anos de reclusão

Lei 10.803/2003

@SenadoFederal

<https://bit.ly/Lei-Trabalho-Escravo>